



Senado aprova reajuste para servidor e reorganiza cargos

Receita, Previdência e Itamaraty são alguns dos beneficiados. Senadores tiveram só um dia para analisar a MP, que perderia a validade hoje

O Senado aprovou ontem medida provisória que reajustou salários de algumas carreiras do serviço público federal. Entre elas, as de auditores da Receita e do Trabalho, perito médico previdenciário e diplomata. A medida também reestruturou cargos e concedeu bônus de gratificação.

Se não fosse votada ontem, a MP perderia a validade. Por pedido dos líderes partidários, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, concordou em colocar a medida em votação mesmo com pouco tempo para análise. Ele advertiu, porém, que não abrirá mais exceções como essa. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eunício Oliveira (entre Cássio Cunha Lima e Tasso Jereissati) preside sessão plenária em que MP foi aprovada ontem, no último dia antes de perder a validade

Sindicalistas criticam reformas da CLT e da Previdência

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, representantes de sindicatos e do Dieese apontaram retrocessos nas reformas propostas pelo governo. Para eles, as mudanças trabalhistas geram perda de direitos e de salário, tornando a aposentadoria ainda mais difícil. **5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim (2º à esq.) preside reunião com representantes de trabalhadores e Dieese

É preciso fiscalizar cursos a distância, dizem entidades

Com denúncias de cursos a distância de enfermagem improvisados até em oficinas mecânicas, entidades da saúde

pediram melhor fiscalização do governo, durante audiência ontem na Comissão de Educação. Pedro Chaves presidiu o

debate com representantes do Ministério da Educação e do ensino a distância. E prometeu providências. **6**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Audiência conduzida por Chaves (C) ouve representantes da saúde, do governo e de entidades do ensino a distância

Congresso tem oito vetos a analisar na próxima sessão 8

Conselho de Ética escolhe na terça presidente e vice 2

Universidades contestam dívidas com INSS em CPI

De acordo com dirigentes de entidades educacionais ouvidos ontem em audiência pública na CPI da Previdência, a legislação não é favorável, especialmente no que diz respeito às regras que isentam as filantrópicas de pagar a contribuição patronal ao INSS. **4**

Avança indicação para embaixada em Bangladesh

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a indicação do diplomata João Tabajara de Oliveira Junior para a embaixada do Brasil em Bangladesh. Em sabatina, ele destacou a taxa de crescimento econômico do país asiático. A indicação vai ao Plenário. **7**

Perde validade MP sobre reajuste de medicamentos 4

Comissão especial examina mudanças na Lei Kandir 8

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemsenador

Parceria:   Realização: 

Conselho de Ética escolhe presidente na terça-feira

Órgão encarregado de zelar pelo Código de Ética e Decoro do Senado é composto por 15 integrantes, sendo que 14 já foram indicados. Primeira tarefa será analisar representação contra Aécio Neves

O CONSELHO DE Ética e Decoro Parlamentar do Senado deve ser instalado na terça-feira, quando serão eleitos o presidente e o vice do colegiado. A primeira tarefa será examinar a representação da Rede e do PSOL contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Em gravações de áudio feitas pelo empresário Joesley Batista, Aécio teria pedido R\$ 2 milhões para pagar a defesa na Operação Lava Jato. O STF determinou em 18 de maio o afastamento dele das atividades no Senado. Desde então, senadores pediram a rápida instalação do conselho para apurar o caso.

A reunião da terça-feira foi convocada por João Alberto Souza (PMDB-MA), membro mais idoso entre os indicados.

O órgão tem como funções zelar pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar e pelo Regimento Interno do Senado. É composto por 15 integrantes, sendo que 14 já foram escolhidos (veja quadro). Eles participarão do grupo pelos próximos dois anos.

A vaga que permanece aberta pertence ao Bloco da Maioria (PMDB), que ainda não fez a última das quatro indicações a que tem direito. Isso não impede, no entanto, o funcionamento do colegiado.

Também fará parte o corregedor do Senado, cargo ocupado atualmente pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

O Bloco Democracia Progressista (PP, PSD) foi o último a indicar representantes, o que ocorreu na quarta-feira. Foram escolhidos Ivo Cassol (PP-RO) e Lasier Martins (PSD-RS) como titulares e Gladson Cameli (PP-AC) e Otto Alencar (PSD-BA) como suplentes.



Coube a João Alberto, integrante mais idoso, convocar a reunião de instalação

Os outros blocos já haviam feito as indicações, aprovadas pelo Plenário na terça-feira. O da Maioria indicou Airton Sandoval (PMDB-SP), João Alberto Souza e Romero Jucá (PMDB-RR) como titulares e Jader Barbalho (PMDB-PA), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Hélio José (PMDB-DF) como suplentes.

O Social Democrata (PSDB, DEM e PV) escolheu Davi Alcolumbre (DEM-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Amorim (PSDB-SE) como titulares. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Paulo Bauer (PSDB-SC) serão os suplentes.

O Bloco da Resistência Democrática (PDT, PT) terá José Pimentel (PT-CE) e Acir Gurgacz (PDT-RO) como titulares e Regina Sousa (PT-PI) e Fátima Bezerra (PT-RN) na suplência.

Já o Bloco Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB e Rede) será representado por João Capiberibe (PSB-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). E o Moderador (PTB, PSC, PRB, PR e PTC), por Wellington Fagundes (PR-MT) e Pedro Chaves (PSC-MS).

Os indicados

Dos 15 membros titulares do Conselho de Ética do Senado, 14 já foram escolhidos pelos blocos partidários

Bloco da Maioria

Airton Sandoval (PMDB-SP)
João Alberto Souza (PMDB-MA)
Romero Jucá (PMDB-RR)
Nome a ser indicado

Social Democrata

Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Eduardo Amorim (PSDB-SE)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Resistência Democrata

Acir Gurgacz (PDT-RO)
José Pimentel (PT-CE)

Socialismo e Democracia

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
João Capiberibe (PSB-AP)

Moderador

Pedro Chaves (PSC-MS)
Wellington Fagundes (PR-MT)

Democracia Progressista

Ivo Cassol (PP-RO)
Lasier Martins (PSD-RS)

Governo edita nova MP sobre Fundo Penitenciário

A Medida Provisória (MP) 755/2016, que trata dos recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), ainda tinha sete dias de vigência, mas teve o prazo de validade suspenso por conta da edição de uma outra MP, a 781/2017.

O texto é análogo ao da MP 755/2016 em relação à transferência de recursos do Funpen, só que a nova MP traz alterações extras tanto à destinação quanto à composição do Funpen. Uma delas é o fim da obrigatoriedade de repassar metade dos recursos do fundo aos estados de origem. O texto também revoga a destinação para o Funpen de metade do

montante recebido pela União relativo a serviços forenses.

A MP 781/2017 prevê que poderão trabalhar em segurança pública de corporações estaduais os militares da União inativos há menos de cinco anos, inclusive temporários que tenham sido admitidos e incorporados por prazo limitado para integrar quadros auxiliares ou complementares.

MP original

O relatório da MP 755/2016 chegou a ser aprovado em comissão mista e ainda faltava passar por Câmara e Senado. A MP 755 foi editada no final de 2016, quando ocorreram

rebeliões. Com a medida, os recursos do Funpen foram repassados diretamente aos estados, ao DF e aos municípios, como ocorria anteriormente. O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), observou que a medida era importante para melhoria do sistema.

A MP permite que os recursos sejam aplicados não apenas em reformas e construção de presídios, mas para manutenção de serviços, aquisição de materiais e equipamentos e para instituição de programas de reinserção social. O percentual para cada área será definido pela necessidade dos estados, explicou Ferraço.

Projetos em debate ampliam prazos de licença-maternidade

Dois projetos apresentados recentemente no Senado tratam de regras para melhorar o aproveitamento da licença-maternidade e da licença-paternidade. Ambos são da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e aguardam aprovação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 72/2017 amplia o prazo da licença-maternidade de 120 para 180 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, e permite ao pai acompanhar a futura mãe nas consultas e exames na gravidez.

O projeto prevê ainda dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares, sendo assegurado ao pai acompanhar a mãe em, pelo menos, duas consultas ou exames médicos.

— Trata-se de medida que estimula a paternidade responsável, inserindo o genitor, desde os primeiros

momentos, na rotina de cuidados com o seu filho que vai nascer — destaca Rose.

Paulo Paim (PT-RS) é o relator do texto, que será analisado pela CAS em decisão terminativa, ou seja, caso aprovado sem emendas, segue para votação na Câmara.

O outro projeto prevê o compartilhamento da licença-maternidade e da licença-adotante (PLS 151/2017). Para a trabalhadora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção, será concedido o compartilhamento da licença até 60 dias.

Em caso de filho com deficiência ou com necessidade especial, a empregada gestante terá direito a licença-maternidade em dobro, que poderá ser compartilhada por até a metade do período com o cônjuge ou companheiro de forma alternada.

A proposta também deve ser analisada em decisão terminativa e ainda aguarda designação de relator.

Pena para crime de peculato na área de saúde pode aumentar

Quem pegar indevidamente ou desviar da rede pública de saúde, para proveito próprio ou alheio, algum medicamento, produto, equipamento ou material hospitalar pode ter a pena aumentada de um terço até a metade do que já é previsto em lei. O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou um projeto (PLS 103/2017) que aumenta a pena para peculato quando o crime ocorrer no setor de saúde. Peculato é a subtração ou desvio, por abuso de confiança, de bens públicos.

No Código Penal, o crime de peculato se encaixa na categoria de crimes contra a administração pública.

A legislação hoje prevê pena de 2 a 12 anos de reclusão e pagamento de multa. Cássio justifica o aumento dessa pena, afirmando que esse tipo de crime pode prejudicar o atendimento da população, principalmente a mais carente, em hospitais

públicos e postos de saúde. O senador argumenta que o desvio de recursos hospitalares atrasa tratamentos e até impossibilita o atendimento médico.

Situação caótica

“A subtração de bens da rede pública de saúde, com a participação de funcionários públicos, é situação cada vez mais comum. São esquemas criminosos que envolvem desvios de remédios, seringas, agulhas, soros, lençóis, luvas e máscaras cirúrgicas, placas de raios X etc. Essas condutas tornam a situação dos hospitais públicos e postos de saúde ainda mais caótica, atingindo, sobretudo, a população mais carente, afirma Cássio na justificativa do projeto.

A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda a designação de um relator.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Eunício Oliveira (sentado, à esq.) negocia acordo com Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Romero Jucá e Ataídes Oliveira

Senado aprova MP que dá reajustes a servidores e reestrutura carreiras

Audidores da Receita e do Trabalho e diplomatas, entre outros cargos, terão aumentos. Senado teve apenas um dia para analisar medida

SEGUE PARA SANÇÃO a medida provisória que concede reajustes a servidores federais e reestrutura cargos e carreiras do serviço público, entre as quais as da Receita Federal. Se não fosse aprovada pelo Senado ontem, a MP 765/2016 perderia a eficácia. A votação foi possível devido a um acordo de lideranças firmado antes do início da sessão.

Segundo a medida provisória, aprovada na forma do projeto de lei de conversão do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), os reajustes valerão para diferentes carreiras da administração federal: auditor-fiscal da Receita, auditor-fiscal do Trabalho, perito médico previdenciário, supervisor médico-pericial da Previdência, analista e especialista de infraestrutura,

diplomata, oficial de chancelaria, assistente de chancelaria, analista da Receita e policial civil dos ex-territórios (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima).

Prazo curto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lamentou o prazo curto para o Senado analisar a proposta e a falta de tempo para dar publicidade ao texto.

Ele informou que abriu a exceção para votar a pedido dos líderes, mas afirmou que esse tipo de trâmite não se repetirá:

— Atendendo a requerimento de diversos líderes, vou abrir uma exceção, deixando claro que isso jamais vai virar regra enquanto eu for presidente. Eu não posso ficar aqui recebendo matéria sem dar publicidade

aos senadores, à imprensa e ao Brasil — disse Eunício.

Vetos

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assegurou que o Executivo vetará trechos da proposta considerados estranhos à MP.

Uma das emendas feitas pela Câmara e que será vetada, segundo Jucá, é a que permite a cessão de servidor ou empregado público federal para exercer cargo de direção ou de gerência nas instituições do Sistema S, como Sesi, Senai, Senac, Sesc, Sest, Senar e Sebrae.

— Quero registrar o compromisso do governo de vetar todo dispositivo que crie novas despesas por meio de emenda parlamentar, porque é inconstitucional. O compro-

misso do governo é seguir a Constituição e dar apoio ao presidente de que é um absurdo uma votação como essa de hoje — disse.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi um dos senadores que abriram mão de apresentar emendas ao texto depois do compromisso do governo:

— É um compromisso institucional, do governo, que essas matérias que invadem o artigo 63 da Constituição por óbvio serão vetadas — afirmou.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que seu partido é favorável à MP por entender que ela contempla uma série de acordos trabalhistas firmados com categorias do funcionalismo público.

Fernando Bezerra Coelho agradeceu a disposição do presidente em assegurar a urgência para a MP.

— Essa MP é importante para mais de nove carreiras do serviço público federal.

Bônus

A votação da MP foi concluída pela Câmara na noite de quarta-feira, o que deixou o Senado com apenas um dia para votar a proposta. O texto-base já havia sido aprovado pelos deputados na semana passada, após a oposição se retirar do Plenário, mas faltava votar destaques ao texto. Entre eles, o que determinava que os servidores passariam a ganhar um bônus pelo cumprimento de metas relacionadas a arrecadação, inclusive de multas, ponto de maior polêmica na MP.

O dispositivo foi retirado pelo Plenário da Câmara. Com a exclusão da base de cálculo, os servidores permanecerão ganhando um valor fixo, previsto na MP para ser pago enquanto não for definida a metodologia de mensuração da produtividade do órgão.

Randolfe rejeita nova MP que recria órgão da Presidência

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou a apresentação de questão de ordem à Mesa do Congresso, pedindo a devolução da MP que recria a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Para ele, a MP 782/2017 é “claramente inconstitucional”, por tratar na mesma sessão legislativa de tema já abordado em uma MP anterior (MP 768/2017), que perdeu a vigência em 31 de maio sem ter sido votada. Ele ainda informou que seu partido entrou no STF arguindo a inconstitucionalidade da nova MP, mas espera que a Mesa do Congresso tome a decisão primeiro.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Reguffe destaca avanço de proposta sobre eleição direta

Reguffe (sem partido-DF) saudou a aprovação em comissão de sua proposta de emenda à Constituição que prevê eleições diretas para presidente em caso de vacância nos três primeiros anos de mandato (PEC 67/2016). Ele disse que o país precisa de reformas profundas para recuperar a confiança do povo no sistema político.

Reguffe disse esperar que Temer deixe o cargo antes do fim do mandato. Nesse caso, se a regra dos três anos for incorporada à Constituição, ela terá validade imediata e o substituto de Temer deverá ser eleito diretamente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro vai propor nova PEC sobre foro privilegiado

Depois de classificar de ousada a decisão do Senado de aprovar a PEC do fim do foro privilegiado de mais de 45 mil autoridades, Alvaro Dias (PV-PR) informou que já está preparando outra PEC para retirar da Constituição a prerrogativa do Senado e da Câmara de convalidar ou não a prisão de parlamentar em flagrante pela prática de crime inafiançável.

— Se não acabarmos em tempo com o foro privilegiado, muitos dos denunciados na Lava Jato nem sequer serão julgados, as ações prescreverão e a impunidade prevalecerá — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado não votará MPs sem tempo para análise, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que abriu uma exceção para votar ontem a MP 765.

Ele explicou que concordaria com a votação porque houve unanimidade entre os líderes, mas deixou claro que não tornará a acontecer no Senado a votação de medida provisória sem que seja dada publicidade e conhecimento aos líderes, à Casa, à imprensa e ao país.

Ele afirmou que o Senado não será “carimbador” de propostas, sem tempo hábil para analisá-las. Disse também que tem buscado se entender com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, quanto a essa questão.

— Tenho buscado entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, que é um novo presidente, que tem uma nova cabeça, que

tem um novo comportamento. Hoje [ontem] de manhã eu troquei 22 mensagens com o presidente da Câmara, porque nós não podemos mais ficar aqui, sinto muito para o governo, sinto muito para as partes interessadas, sinto muito para as categorias que têm interesse, mas eu não sou carimbador de matéria sem dar conhecimento. Não farei isso uma segunda vez.

Segundo o senador, Maia se comprometeu a avaliar quanto antes a PEC 70/2011, para que o Senado tenha um terço de tempo para emendar medidas provisórias. A proposta altera a forma de análise das medidas provisórias pelo Congresso.

No início de maio, Aécio Neves (PSDB-MG) relatou em Plenário que Maia colocaria a PEC em votação no dia 9 daquele mês, o que

acabou não acontecendo.

— O sistema brasileiro, graças a Deus, é democrático, mas é bicameral. Não pode ser apenas um lado. Nem pode ser só a Câmara que vai fazer lei no Brasil, nem pode ser só o Senado que vai fazer lei no Brasil. Nem a Câmara pode ser carimbadora do Senado, mas o Senado, enquanto eu for presidente, não será carimbador da Câmara — assegurou o presidente.

Eunício disse ainda que, como presidente do Congresso, não abre mão de suas responsabilidades e respeita a Constituição e o Regimento Interno do Senado. Ressaltou ainda que a exceção não se tornará regra.

— Isso não vai ser regra, não adianta chegarem requerimentos outros aqui — disse Eunício.

Universidades devedoras do INSS criticam leis

Em audiência pública na CPI da Previdência Social, representantes das entidades educacionais também negaram a prática de qualquer tipo de irregularidade fiscal

EM DEPOIMENTO À Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, ontem, cinco universidades privadas que estão entre as entidades de educação que mais devem à Previdência Social negaram práticas ilegais deliberadas de sonegação. Pelas explicações, as autuações que motivaram débitos fiscais milionários decorreram de falhas documentais ou divergências com o Fisco em relação às regras que isentam as filantrópicas de pagarem a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Com base em dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as cinco organizações devem, juntas, aproximadamente R\$ 3,1 bilhões ao Fisco, a maior parte de débitos previdenciários. Quatro são instituições filantrópicas, desobrigadas da parte patronal ao INSS, equivalente a 20% sobre o valor da folha de empregados. É uma contrapartida por conceder bolsas para estudantes pobres.

Encargos em excesso

Nos depoimentos, houve críticas à complexidade da legislação e divergências de interpretação por agentes fiscalizadores. Os convidados reclamaram da pesada incidência de encargos sobre os débitos cobrados, especialmente a imposição da taxa Selic nas renegociações.

No topo da lista de devedores, a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas (RS), acumula débito de R\$ 1,8 bilhão com o INSS. A Ulbra é mantida pela Associação Educacional Luterana do Brasil, que tem mais de 60 mil alunos, entre estudantes de cursos de nível superior e ensino básico, espalhados em 17 unidades no país. O presidente, Paulo Augusto Seifert, contou que a entidade foi “severamente” penalizada por ter tido problemas para comprovar parte das bolsas concedidas, mesmo tendo havido a prestação das gratuidades.

Com a perda do Certificado de Entidade Beneficente Social, a empresa foi obrigada a recolher retroativamente valores e multas não apenas sobre a parcela de bolsas não comprovadas, mas pelo conjunto, “sem considerar o que foi feito”, como explicou Seifert.

— As instituições, em geral, enfrentam dificuldades para o cumprimento da renegociação. Uma das razões é a correção pela taxa Selic, muito acima da praticada nas mensalidades, que sofrem restrições e não podem ser aumentadas como se quer — argumentou.

Ensino em seminários

O advogado Antonio Cesar de Araújo Freitas representou o Instituto Presbiteriano Mackenzie, sediado em São Paulo, que mantém rede formada pela Universidade Mackenzie, com 37 mil alunos, e o Colégio Mackenzie, onde estudam mais de 7 mil secundaristas. Ele informou que a dívida do instituto chega a R\$ 783 milhões, em decorrência de quatro ações fiscais que estão sendo questionadas na Justiça.

De acordo com Freitas, a questão decorreu de autuação em 1999, por conta da destinação feita pelo instituto, de R\$ 1,3 milhão à época, para o custeio do ensino nos próprios seminários presbiterianos. Para a entidade, o procedimento foi regular, tendo por fim capacitar seminaristas

para que adiante pudessem ingressar no ensino religioso.

Para a Receita, contudo, a medida foi vista como “desvio de função” e seguida do cancelamento da imunidade tributária, com exigência do pagamento das contribuições patronais desde então. A entidade defende o entendimento jurídico de que a autuação poderia gerar, no máximo, a suspensão temporária do certificado de filantropia, no ano fiscal do “desvio de finalidade”, e não seu cancelamento.

Serviços gratuitos

Também integra a lista dos devedores da área educacional a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, que mantém a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP). O coordenador jurídico da mantenedora, André Nicolau Heinemann Filho, disse que a entidade foi alvo de duas autuações, uma na área da educação e outra na de saúde, onde presta serviços por meio do hospital universitário, mediante convênio com o SUS.

Heinemann afirmou que as atuações estão associadas a serviços gratuitos que foram prestados, mas não reconhecidos pela fiscalização. Por conta disso, a instituição responde por débitos fiscais calculados em R\$ 385 milhões, que estão sendo discutidos na Justiça.

— Temos convicção de que nada devemos e que cumpri-

mos nossas obrigações, mas respeitamos decisões judiciais — observou, considerando eventual decisão contrária.

Missão social

O reitor da Universidade Católica do Salvador, Mauricio Ferreira, explicou que os problemas da entidade, que responde por dívida de quase R\$ 380 milhões, vêm desde 1960, quando foi criada. Alterações estatutárias levaram à constituição de duas entidades: a mantenedora e a universidade. Porém, apenas a mantenedora era reconhecida como filantrópica. Para a Receita, os benefícios assegurados a uma não se transferem automaticamente à outra. A autuação ocorreu em 1991.

Para o reitor, esse problema não pode ser motivo de penalização tão severa contra a instituição. Segundo ele, o que importa é que ela vem cumprindo missão social, indo além dos requisitos da legislação que isenta as filantrópicas.

— Não somos uma loja qualquer. Nossos produtos não estão em estantes. Perdoem a palavra, mas nossos produtos são pessoas, gente com vida concreta, que passam por nossa instituição e que, mais ainda, são exemplo vivos de colaboração — afirmou.

Única entidade não filantrópica na audiência, a Sociedade Educacional Tuiuti mantém a Universidade Tuiuti do Paraná.

Seu representante, Jonas Dietrich, observou que a entidade tem fins lucrativos e, por isso, não conta com qualquer benefício fiscal. Ele disse que a instituição enfrentou grande crise em 1997, com dificuldades de caixa que a levaram a interromper pagamentos de tributos. Com multas e juros, a dívida chega a R\$ 536 milhões.

“Setores estranhos”

De acordo com Dietrich, a instituição foi saneada e parcelou os débitos, mas os encargos são muito pesados. Ele observou que, apesar da importância da educação, empresas do setor não foram beneficiadas por políticas de desoneração tributária que nos últimos anos atenderem “setores estranhos”, como transportes e telemarketing. Dietrich defendeu contribuições previdenciárias sobre as receitas, não sobre a folha.

O presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS) salientou que a intenção do colegiado era buscar a “verdade dos fatos”, não julgar, tendo como objetivo esclarecer a situação da Previdência. O relator, Hélio José (PMDB-DF), ressaltou que o compromisso é buscar soluções que não prejudiquem só trabalhadores e aposentados.

A comissão volta a se reunir na segunda-feira, dessa vez para ouvir representante de grandes empresas frigoríficas.



Relator da CPI, Hélio José fala durante audiência presidida por Paulo Paim (4º à dir.) em que foram ouvidas entidades de educação que têm dívidas com a Previdência

Medida provisória sobre reajuste de remédios perde validade

Está cancelada a autorização para aumentar preços de remédios em qualquer época do ano. A regra estava prevista na Medida Provisória (MP) 754/2016, que perdeu a eficácia. O ato declaratório do Congresso da perda de validade foi publicado no *Diário Oficial da União* na quarta.

A MP foi editada em 19 de dezembro por Michel Temer. Ainda faltava a aprovação na comissão mista da MP, e de-

pois nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com o cancelamento, voltou a valer a legislação anterior à edição da MP, que estabelece o reajuste dos preços dos remédios somente uma vez por ano. A decisão sobre aumentar ou reduzir o valor e definir o percentual de reajuste ainda cabe ao Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

O texto não era consenso

entre autoridades, empresas da indústria farmacêutica e entre parlamentares. Entre as preocupações a respeito da medida, estavam a alta dos preços e a perda de equilíbrio do mercado. Em abril, a comissão mista da MP promoveu uma audiência, ocasião em que ficou evidenciada a falta de consenso sobre a medida.

Perdeu a eficácia também a Medida Provisória (MP) 753/2016, que regulamenta-

va a distribuição dos valores das multas da repatriação de recursos do exterior. O repasse para os estados e o Distrito Federal ocorreria imediatamente. Para os municípios, os efeitos já estavam valendo desde 1º de janeiro de 2017.

O repasse dos recursos da multa foi resultado de um acordo entre os governadores e a União, para ajudar no equilíbrio orçamentário dos estados. A medida era considerada

essencial para o pagamento de parcela do 13º salário dos servidores públicos.

Ainda faltava a aprovação da MP na comissão mista e nos Plenários da Câmara e do Senado. Pela Constituição, quando uma MP tem o prazo de eficácia vencido, pode ser reeditada, mas não na mesma sessão legislativa. Portanto, se for o caso, só poderiam ser reeditadas a partir do início de fevereiro de 2018.

Sindicalistas reiteram críticas às reformas

Debatedores apontam relação entre propostas de mudança no trabalho e na Previdência: ao retirar direitos do trabalhador, tornarão a aposentaria ainda mais difícil, avaliam

A AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater as reformas previdenciária e trabalhista foi marcada por várias críticas de representantes das entidades sindicais, associações, confederações e federações.

Eles apontaram relação direta entre as duas reformas, que, ao retirar direitos do trabalhador, tornam ainda mais difícil a possibilidade de aposentadoria.

— O enfraquecimento do trabalhador tende a minar a própria previdência pública na medida em que menos pessoas estão propensas a contribuir para essa previdência, uma vez que suas condições de trabalho e renda estarão degradadas em função da reforma trabalhista — analisou o coordenador-adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer.

A exigência de 25 anos de contribuição para a aposentadoria foi identificada por Scherer como um dos “mecanismos de exclusão” da reforma da Previdência. Ele apontou a redução nos valores dos benefícios e cobrou do governo que apresente uma avaliação do impacto social das mudanças.

Esclarecimentos sobre as contas da Previdência foram cobrados pelo conselheiro Moacir Meirelles, da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos:

— Defendemos a convocação das equipes técnicas da Previdência Social a esta

comissão para que apresente publicamente informações financeiras tais como orçamento da seguridade social, fluxo de caixa do INSS, desvinculação de receitas da União e fraudes.

O dirigente Luiz Carlos Prates, da Central Sindical e Popular, destacou a impopularidade das reformas.

— As pesquisas demonstram que a população está contra. Apesar da propaganda do governo dizendo que é para salvar a economia e garantir crescimento, a reforma é para agradar o mercado.

Para a secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, é preciso ampliar o debate em defesa da classe trabalhadora. Ela ressaltou a importância da mobilização popular contra as propostas:

— O povo não quer a reforma. É natural que esse povo se organize para não votar mais em quem está votando contra nós.

Pontos “inaceitáveis”

O coordenador de Administração e Finanças da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra Sindical), Rolando Malvásio Júnior, disse que a reforma “ataca violentamente” mulheres, trabalhadores rurais e jovens.

— Categorias que têm sindicatos fortes estarão protegidas, mas e as que não têm? Portanto, parlamentares que votam contra os direitos dos traba-



Paim (à mesa, ao centro) coordena debate com Dieese e representantes de sindicatos na Comissão de Direitos Humanos

lhadores não são traidores, são inimigos de classe — avaliou.

O senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH, lembrou que o próprio Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator do projeto de reforma trabalhista (PLC 38/2017), reconheceu que há seis pontos “inaceitáveis” na proposta, incluídos pelos deputados. Entre eles, o que permite que grávidas ou mulheres que estão amamentando trabalhem em condições insalubres.

— Se ele reconhece que são inaceitáveis, por que não alterar logo o relatório? Por que a base do governo recomenda o veto do presidente a esses pontos só depois? Não tem lógica o Senado abrir mão do seu poder de legislar, não decidir no voto e não mandar de volta para a Câmara — disse Paim.

Tramitação da proposta que muda a CLT é alterada

O Plenário aprovou na quarta-feira requerimento do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) para que a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que trata da reforma trabalhista, seja modificada.

Após análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, finalmente, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Antes, a CAS seria o último colegiado a examinar a proposta.

Legislação deve ser modernizada, defende Dário

Manter as discussões sobre as reformas trabalhista e da Previdência é um dos caminhos para o Brasil sair da crise política, disse ontem Dário Berger (PMDB-SC). Segundo o senador, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, precisa ser modernizada.

— Precisamos reformar, precisamos avançar, com a legislação menos burocrática, com um sistema que possa privilegiar quem produz, quem trabalha e quem apresenta resultado para o país.



Voltemir Borges/Agência Senado

Senado decidirá sobre projeto que regula incentivos fiscais dos estados

O projeto de lei que regulariza incentivos fiscais concedidos pelos estados a empresas (PLS 130/2014 — Complementar) foi aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira. Como foi alterada pelos deputados, que aprovaram texto substitutivo do relator, deputado Alexandre Baldy (Pode-GO), a proposta vai retornar ao Senado, que definirá o texto final a ser enviado para sanção.

Da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o projeto de lei complementar do Senado convalida isenções concedidas pelos estados e propõe uma transição para essas isenções, com prazos que variam de 1 a 15 anos de vigência. Muitos dos benefícios, que resultaram no que ficou conhecido como “guerra fiscal”, foram dados em desacordo com as regras atuais.

A guerra fiscal é caracterizada pela concessão de incentivos fiscais e tributários por um governo estadual para estimular empresas de outros estados a se instalar no território que concede o benefício. Entretanto, a Lei Complementar 24/1975, que criou o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), prevê que as decisões sobre concessão de incentivos devem

ter aprovação dos membros do conselho. O Confaz reúne os secretários de Fazenda estaduais e do Distrito Federal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) vem considerando inconstitucionais incentivos concedidos sem aprovação unânime dos membros do Confaz — exigência considerada muito rígida por parlamentares. O projeto procura regulamentar o tema e permite que um convênio do Confaz perdoe os créditos exigíveis decorrentes das isenções de ICMS concedidas, prorrogando-as por períodos que variam de acordo com o setor da economia.

Aprovação do Confaz

Em vez de exigir unanimidade do Confaz, o projeto permite que o convênio sobre incentivos fiscais seja aprovado e ratificado com o voto favorável de um mínimo de dois terços das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

Os deputados excluíram dois dispositivos que provocavam a redução gradativa de alguns tipos de incentivos ao longo do tempo de sua vigência prorrogada. Foram retiradas do texto

as reduções de incentivos para investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano. Também foi retirada a redução quanto às atividades agropecuárias e industriais, inclusive agroindustriais.

As unidades federadas participantes deverão publicar a relação dos atos de concessão das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais. Valerão inclusive incentivos concedidos por legislação estadual até a data de publicação da futura lei complementar.

Após o convênio, os estados poderão renovar esses benefícios ou prorrogá-los, mas sua vigência não poderá passar do prazo estipulado segundo o setor da economia, a contar no ano posterior ao da vigência do convênio, que deverá ser aprovado dentro de 180 dias pelo Confaz.

Os deputados excluíram a possibilidade de um estado aderir aos benefícios concedidos ou prorrogados por outro estado da mesma região. A regra constava do texto original.

Permanece no texto, entretanto, a permissão para o estado concedente revogar ou reduzir o alcance ou o

montante dos benefícios antes do prazo final de sua fruição. A concessão poderá ser estendida a outros contribuintes estabelecidos em seu território, sob as mesmas condições e prazos limites.

O projeto convalida todo o perdão de créditos derivado dos convênios relacionados para valerem pelos prazos especificados, inclusive retroativamente à data de sua concessão original.

Representação

Depois de resolvido o passivo de concessões ilegais, qualquer governador poderá representar contra outro estado no Ministério da Fazenda quanto a benefícios concedidos irregularmente. Segundo o projeto, essas concessões irregulares implicarão sanções da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo prazo em que ela durar.

Caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) verificar a aplicação dessas sanções pela União, quando for o caso. As sanções listadas na lei são a proibição de receber transferências voluntárias, a proibição de obter garantia de outro ente e a proibição de contratar operações de crédito.

Com Agência Câmara



Pedro Chaves preside audiência com representantes do governo e de entidades da saúde e do ensino a distância sobre falhas na graduação de enfermeiros

Entidades da saúde querem mais fiscalização em ensino a distância

Debate ontem na Comissão de Educação mostra deficiências nos cursos de enfermagem não presenciais

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública sobre graduação de enfermeiros por meio de cursos a distância defenderam uma fiscalização mais efetiva das instituições de ensino que oferecem essa modalidade. Além disso, ressaltaram a necessidade de atividades práticas, que devem ser cobradas de forma presencial quando o estudante estiver cursando disciplinas profissionalizantes. A audiência, promovida pela Comissão de Educação (CE), foi realizada ontem.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) já assumiu publicamente a campanha contra a graduação de enfermeiros por meio de cursos a distância e conta com o apoio de outras entidades nessa posição crítica, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) e a Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE).

Oficina mecânica

De acordo com a representante do Cofen, Valdelize Pinheiro, o Ministério Público Federal foi quem “cutucou” a entidade, em 2015, e jogou seus conselheiros em campo para checar a qualidade de cursos de enfermagem a distância.

— A educação a distância é muito bem legislada. Mas o que encontramos na ponta foi assustador: polos improvisados até em oficina mecânica,

sem biblioteca, alguns clandestinos — relatou, afirmando ter denunciado essa situação ao Ministério da Educação (MEC) em 2016, sem ter obtido resposta até hoje.

A grande preocupação da CNTS com a questão, segundo ressaltou a diretora de Assuntos Internacionais, Lucimary Santos Pinto, é o risco de uma formação inadequada resultar em atendimento precário à população. O contato direto do estudante do ensino a distância com o paciente foi considerado indispensável pela vice-presidente da FNE, Shirley Morales. Conforme ela atestou, as falhas na graduação dos enfermeiros são encontradas também em muitos cursos presenciais.

Defesa

A defesa da educação a distância foi feita pela vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Elizabeth Guedes. Ela exibiu trecho de um vídeo que traz relatos de estudantes de enfermagem do interior do Pará e da Bahia que fazem curso semipresencial e creditam a essa modalidade a única possibilidade de se capacitar.

— Concordo que há precarização. Mas o processo de credenciamento e reconhecimento [de instituições de educação à distância] é muito controlado pelo MEC. Precisamos ter uma discussão madura. Ninguém quer formar enfermeiros ruins — assegurou Elizabeth.

A junção de esforços para superar obstáculos na formação a distância foi

defendida ainda por representantes do MEC, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Associação Brasileira de Educação à Distância (Abed). Para o secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Henrique Sartori, é preciso desmistificar a crença de que os cursos a distância não têm qualidade.

O representante do CNE, Luiz Roberto Curi, observou que a qualidade do ensino a distância está amparada por duas normas: a Resolução 1/2016 e o Decreto 9.057/2017. Para a diretora administrativa da Abed, Rita Maria Lino, a educação a distância “dialoga com a contemporaneidade”, devendo-se buscar tanto a articulação quanto a melhoria na qualidade da aprendizagem a distância e presencial.

Fiscalização

Vice-presidente da CE, Pedro Chaves (PSC-MS) presidiu a audiência e prometeu apresentar uma síntese na próxima reunião da comissão. Na avaliação dele, o debate evidenciou a necessidade de encaminhar a melhoria na qualidade e na fiscalização do ensino a distância. José Medeiros (PSD-MT) recomendou que é preciso chegar a um ponto “ótimo” de entendimento entre todas as instituições.

Os representantes do setor de saúde reconhecem, no entanto, a educação a distância como uma tendência do mundo moderno, importante para a disseminação de conhecimento entre pessoas que vivem em localidades distantes.

Ana Amélia rebate críticas de Dirceu à Lava Jato

Ana Amélia (PP-RS) criticou artigo do ex-ministro José Dirceu publicado na *Folha de S.Paulo*. No texto, Dirceu ataca a Lava Jato e defende a realização de eleições diretas e a convocação de uma Assembleia Constituinte.



A senadora defendeu a operação como um “sopro de esperança” para limpar a corrupção. E questionou o que Dirceu classificou de herança deixada pelos governos do PT.

— Eu pergunto: que herança? Juros nas alturas? Inflação elevada? 13 milhões de desempregados? Petrolão? Foi essa a herança? — rebateu.

Acir Gurgacz comemora votações da semana

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a votação final da PEC que acaba com o foro privilegiado, a derrubada do veto presidencial sobre a redistribuição dos recursos do Imposto sobre Serviços (ISS) incidente em transações envolvendo planos de saúde, leasing e cartões de crédito e débito, além da votação de duas MPs.



Pedi que não haja vetos na MP que reestrutura cargos e carreiras e concede reajuste aos servidores federais dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, inclusive professores. A outra MP trata da regularização fundiária na Amazônia Legal.

Viana critica saída dos EUA do Acordo de Paris

Pouco antes de Donald Trump oficializar a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, Jorge Viana (PT-AC) criticou a iminente decisão norte-americana. Em discurso ontem, considerou a medida irresponsável e disse que ela afeta outros países e ecossistemas. O acordo visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa até 2025.



Viana cobrou providências do Ministério de Minas e Energia para o apagão de sábado no município de Cruzeiro do Sul (AC). Ele disse que há trechos da BR-364 muito danificados e que o governo vai liberar R\$ 15 milhões por mês a partir de junho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Indicado à embaixada de Bangladesh destaca potencial de comércio do país

Aprovado ontem em sabatina, diplomata falou sobre crescimento da nação asiática e possibilidade de exportação de produtos brasileiros

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata João Tabajara de Oliveira Junior para a chefia da embaixada brasileira em Bangladesh. A indicação vai ao Plenário.

Durante a sabatina, ele abordou o potencial de importação de produtos brasileiros que a nação asiática possui e informou que a reabertura da embaixada, em 2010, possibilitou trocas comerciais expressivas:

— É nítida a diferença que isso faz. A partir de 2011 o intercâmbio entre os dois países superou US\$ 1 bilhão, e desde 2015 só a parte referente a nossas exportações também já ultrapassou US\$ 1 bilhão.

O diplomata, que já atuou em países como Kuwait e Bahrein, disse que a melhor maneira de incrementar o comércio com o Oriente se dá pela participação direta em feiras e missões de promoção de produtos.

— É um traço cultural nítido da cultura deles e das nações árabes. Nesses países eles gostam de ver os produtos, entrar



Tabajara de Oliveira fala aos senadores em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, presidida por Fernando Collor

em contato diretamente com o que está sendo negociado. É o diferencial para vender pra eles — relatou Oliveira Junior.

O embaixador confirmou que o Brasil já foi formalmente convidado a participar da próxima Feira Internacional de Comércio em Bangladesh, em 2018. A seu ver, será uma oportunidade para que setores empresariais brasileiros façam negócios com um país ainda muito carente em infraestrutura industrial e na agricultura.

Ele acrescentou que o potencial econômico de Bangladesh é hoje reconhecido por organismos internacionais, apresentando desde 2007 um crescimento anual de 6% na economia. O país já demonstrou interesse formal em estreitar laços visando à compra de material da indústria brasileira de defesa, acrescentou.

Na reunião, foi aprovado convite para que o ministro da Defesa, Raul Jungmann, explique aos senadores a cooperação no setor firmada recentemente pelo governo brasileiro com os EUA.

Também foi aprovada a realização de audiência, com a presença de autoridades do Exército, da Polícia Federal e do Ministério da Ciência e Tecnologia, para discutir a crise provocada pela onda recente de ataques cibernéticos em diversas partes do mundo.

Foram aprovados ainda acordos assinados pelo governo brasileiro com Angola (PDS 35/2017) e Santa Lúcia

(PDS 47/2017), para cooperação na educação; com Senegal (PDS 9/2017), para cooperação científica e tecnológica; e com a Mauritânia (PDS 14/2017), sobre trabalho de dependentes do pessoal diplomático.

Mudança climática

Antes da sabatina, o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), criticou o presidente dos EUA, Donald Trump, pelas indicações que vinha dando de que retiraria o país do Acordo de Paris, assinado no âmbito das Nações Unidas e que busca mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Para Collor, se os EUA se retirarem, isso será o equivalente a “um crime contra a humanidade”:

— É a irresponsabilidade absoluta, uma verdadeira catástrofe, é confundir os interesses dos EUA com os do resto do planeta — criticou o senador, destacando que os EUA estão entre os maiores emissores de gases de efeito estufa no mundo.

Bangladesh

- » Área: 148.460 km²
- » Capital: Dacca
- » População: 161,51 milhões
- » PIB per capita: US\$ 1.401
- » Exportações brasileiras: US\$ 1,147 bilhão
- » Importações brasileiras: US\$ 212 milhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Roberto Requião elogia candidato trabalhista inglês

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a gestão econômica do governo, que chamou de neoliberal, com suas políticas de austeridade. Como contraponto, ele citou Jeremy Corbyn, candidato trabalhista a primeiro-ministro da Grã-Bretanha, que, segundo as últimas pesquisas, obterá votação expressiva por defender compromissos contrários aos dos governantes neoliberais.

— É um alento ver no centro promotor da desgraça neoliberal o avanço de uma proposta antiausteridade, mas parece que esses ares não refrescam a cabeça dura e insensível dos nossos liberais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regina Sousa critica relatório da CPI da Funai, na Câmara

Regina Sousa (PT-PI) criticou os trabalhos da CPI da Funai e do Inca da Câmara dos Deputados. De acordo com ela, tanto o presidente quanto o relator da CPI — os deputados Alceu Moreira (PMDB-RS) e Nilson Leitão (PSDB-MT), respectivamente — são membros da bancada ruralista e defendem a retirada da Funai da responsabilidade de demarcar as terras indígenas.

— O relatório também propõe a tramitação de um projeto de lei que regulamente de forma objetiva o que é ocupação tradicional, limitando ao máximo o direito a terra para os povos indígenas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa Grazziotin destaca crescimento do desemprego

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comentou as manchetes de ontem, sobre o aumento do desemprego e as pesquisas que mostram como a população apoia as eleições diretas e reprova o atual governo.

Ela citou que, nos últimos 12 meses, o Brasil perdeu 2 milhões e 600 mil empregos. Vanessa disse que 90,6% da população defende as eleições diretas para presidente da República como saída para a crise política e que o governo Temer tem 84% de reprovação.

— Não há união para superar a crise econômica. Só para combater a crise política, a Lava Jato e continuar no poder.



Genildo Magela/Agência Senado

Humberto denuncia compra de remédios por altos preços

Humberto Costa (PT-PE) anunciou que pretende pedir explicações do ministro da Saúde, Ricardo Barros, sobre a denúncia de que a pasta adquiriu remédios de laboratório privado, em vez do laboratório da Fiocruz, por preços até 3.000% mais elevados, em “flagrante prejuízo” aos cofres públicos.

Segundo o senador, o deputado Jorge Solla (PT-BA) descobriu que o ministério adquiriu alfaepoetina, para doentes renais, e ribavirina, para hepatite C, a um custo de R\$ 5,19 a unidade, bem superior aos R\$ 0,17 cobrados pela Fiocruz, que é vinculada ao próprio Ministério da Saúde.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Paim lamenta morte de ex-prefeito de Porto Alegre

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a morte de Sereno Chaise, ex-prefeito de Porto Alegre. O político, que tinha 89 anos, morreu ontem, de falência de múltiplos órgãos, na capital gaúcha.

Braço-direito de Leonel Brizola, Chaise tornou-se um personagem marcante na história política do Rio Grande do Sul. Trabalhista histórico, coordenou a vitoriosa campanha de Brizola à prefeitura e foi secretário na gestão do amigo. Em 1963, elegeu-se prefeito.

Em abril de 1964, foi preso pelos militares. Um mês depois, teve os direitos políticos cassados.

— Perdemos um grande líder, um lutador, um companheiro de todas as horas.

DE SUA OPINIÃO

Gesto com braço estendido para atravessar a rua pode virar lei

Está na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2010, que determina a adoção de gesto com o braço estendido para solicitar a parada dos veículos e permitir ao pedestre atravessar a rua na faixa. Adotada com sucesso em Brasília, o objetivo do projeto é estender a prática para todo o país, modificando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A iniciativa, da ex-deputada Perpétua Almeida, já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi modificada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Entre as mudanças, o senador retirou a exigência que o pedestre esperasse por outras pessoas para atravessar vias de grande fluxo, considerando outras medidas como semáforo e passarela. Na CDH, o relator é Valdir Raupp (PMDB-RO).

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em:**

<http://bit.ly/PLC26-2010>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidania

Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

Um dos itens na pauta é a nova Lei da Migração, da qual foram vetados 18 trechos, entre eles o que anistia todos os imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016

Congresso ainda precisa analisar oito vetos

APÓS DERRUBAR O veto que trata da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) no local de consumo do serviço (VET 52/2016), deputados e senadores ainda precisam analisar, na próxima sessão do Congresso, oito vetos, além de destaques a dispositivos de outros cinco.

Na terça-feira foram mantidos integralmente quatro vetos presidenciais. Outros cinco vetos (47 e 49 de 2016 e 6, 7 e 11 de 2017) foram mantidos parcialmente, ficando a decisão sobre os itens destacados pelos parlamentares para a próxima sessão. Esses vetos tratam de mudanças no setor elétrico, do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes, do controle da natalidade de cães e gatos, da terceirização e da Identificação Civil Nacional.

Oito vetos não foram apreciados e tratam, entre outros assuntos, da nova Lei de Migração, do Cartão Reforma, da Lei Rouanet, da estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da segurança contra incêndios em casas noturnas.

Lei de Migração

A nova Lei de Migração define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil, regula a entrada e a permanência de estrangeiros, e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior.

O presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independentemente da situação migratória anterior. De acordo com a justificativa para o veto,

o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autarquia do Brasil de selecionar como será o acolhimento dos estrangeiros. Temer acrescentou que, ademais, não há como definir a data exata da entrada do imigrante no país.

O texto aprovado no Congresso revogava as expulsões decretadas antes de 5 de outubro de 1988, o que também foi vetado por Temer. Também houve veto à obrigação de o Estado permitir a permanência de estrangeiros que tenham cometido crimes no país e que sejam residentes aqui por mais de quatro anos.

EBC

Um dos vetos não apreciados pelos senadores e deputados e que permanece na pauta é o que foi feito à lei que altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (Lei 13.417/2017). O novo texto aprovado pelo Congresso havia incluído a exigência de sabatina pelo Senado para aprovação do diretor-presidente da empresa. Mas essa obrigatoriedade foi vetada pelo presidente da República Michel Temer.

Ele também vetou trechos da lei que permitiam ao Comitê Editorial e de Programação decidir sobre planos editoriais propostos pela Diretoria-Executiva para os veículos da EBC; tratar de alterações na linha editorial da programação; e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos.

Incêndios

Também deve ser analisado na próxima sessão o veto à Lei 13.425/2017, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra



Deputados e senadores destacaram dispositivos de cinco vetos presidenciais para serem apreciados na próxima sessão

incêndios em estabelecimentos de reunião de público. O trecho vetado proíbe o uso do sistema de comanda para controle do consumo em casas noturnas. A intenção era trazer maior segurança em caso de incêndio ou outras ocorrências.

Para vetar a iniciativa, Temer afirmou que a proibição, “embora louvável”, pode ser mais flexível, “preservando-se também peculiaridades setoriais, mercadológicas e eventuais mudanças tecnológicas”.

A criminalização dos donos de estabelecimentos comerciais também foi retirada. Foi vetado ainda o trecho que previa pena de detenção de seis meses a dois anos além de multa para os proprietários.

De acordo com a justificativa para o veto do presidente, não há necessidade de criar um novo tipo penal, “de perigo abstrato”, sem ter havido lesão concreta ou mesmo exposição a risco real. A justificativa aponta ainda para o fato de que a questão já está contemplado pela atual legislação penal.

Na pauta

Vetos pendentes

VET 50/2016	Veto parcial à Lei 13.408/2016 (LDO) — Lei 13.408/2016.
VET 1/2017	Veto total ao PLC 177/2015, que estende os benefícios da Lei Rouanet/Pronac aos eventos culturais relacionados ao turismo.
VET 2/2017	Veto parcial à Lei 13.417/2017 (MP 744/2016), que altera a estrutura da EBC.
VET 3/2017	Veto parcial à Lei 13.420/2017 (PLC 106/2013), sobre o Programa Jovem Aprendiz, para incentivo ao esporte.
VET 5/2017	Veto parcial à Lei 13.425/2017 (PLC 33/2014), sobre segurança contra incêndios em casas noturnas.
VET 9/2017	Veto total ao PLS 464/2011, que acaba com a suspensão de empresas que trabalhem com medicamentos falsificados.
VET 10/2017	Veto parcial à Lei 13.439/2017 (MPV 751/2016), institui o Cartão Reforma.
VET 12/2017	Veto parcial à Lei 13.445/2017, nova Lei de Migração.

Vetos mantidos com dispositivos destacados para análise na próxima sessão

VET 47/2016	Veto parcial à Lei 13.360/2016 (MP 735/2016), sobre o setor elétrico.
VET 49/2016	Veto parcial à Lei 13.369/2016 (PLC 97/2015), que regulamenta a profissão de designer de interiores e ambientes.
VET 6/2017	Veto parcial à Lei 13.426/2017 (PLC 4/2005), sobre controle de natalidade de cães e gatos.
VET 7/2017	Veto parcial à Lei 13.429/2017 (PLC 30/2015), sobre terceirização.
VET 11/2017	Veto parcial à Lei 13.444/2017 (PLC 19/2017), que institui a Identificação Civil Nacional.

Vetos mantidos na sessão de 30 de maio

VET 48/2016	À Lei 13.366/2016 ((MP 741/2016), que transfere custos referentes ao Fies da União para instituições de ensino.
VET 51/2016	Veto parcial à Lei 156/2016 — Complementar (PLC 54/2016 — Complementar), sobre a renegociação das dívidas dos estados.
VET 4/2017	Veto parcial à Lei 13.424/2017 (MPV 747/2016), que regula a renovação de concessões de rádio e TV.
VET 8/2017	Veto parcial à Lei 13.432/2017 (PLC 106/2014), que regulamenta a profissão de detetive particular.

Congresso cria comissão mista para Lei Kandir

O Congresso Nacional criou comissão especial mista para analisar propostas de alteração da Lei Kandir (Projeto de Lei Complementar 221/1998 e apensados). O objetivo principal da comissão será definir um modelo de ressarcimento aos estados e definir como o governo federal vai pagar as dívidas acumuladas. O requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) foi aprovado no Plenário do Congresso na noite de terça-feira.

O senador lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu que o Congresso tem até 30 de novembro deste ano para editar uma lei complementar regulamentando os repasses da União para

estados e Distrito Federal, como compensação pelas perdas com a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações.

— Como a Câmara já criou uma comissão, a nova proposta é que se crie uma comissão mista para dar celeridade a esse trabalho — defendeu Wellington.

Isenções

A Lei Kandir isenta de ICMS as exportações de produtos primários e semielaborados. Até 2003, garantiu aos estados o repasse de valores para compensar perdas decorrentes desse incentivo fiscal. Mas, a partir de 2004, a Lei

Complementar 115, embora mantendo o direito ao repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano o valor que precisa ser previsto no Orçamento da União para esses repasses.

A Lei Kandir determina ainda que lei complementar normatize os repasses para compensar as perdas de arrecadação tributária estadual sobre a exportação de produtos e serviços. Essa norma, no entanto, não foi regulamentada pelo Congresso. Por isso, em novembro passado, o STF determinou que o Parlamento aprove, em 12 meses, a lei para essa compensação.

Da Agência Câmara

PEC da Vaquejada é aprovada na Câmara e segue para promulgação

A prática da vaquejada passa a ser garantida na Constituição com a aprovação na quarta-feira pela Câmara, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/2016. O texto vai à promulgação em sessão do Congresso em data ainda a ser definida.

A chamada PEC da Vaquejada (PEC 304/2017, na Câmara) acaba com os entraves jurídicos para a realização da atividade no Brasil. A vaquejada é prática na qual dois vaqueiros montados a cavalo têm de derrubar um boi, puxando-o pelo rabo.

A proposta, do senador Otto Alencar (PSD-BA), adiciona parágrafo ao artigo 225 da Constituição para que não se

classifiquem como cruéis as práticas esportivas com animais reconhecidas na categoria de manifestações culturais, registradas como bens imateriais do patrimônio cultural brasileiro e regulamentadas por lei que assegure o bem-estar dos animais.

Em outubro de 2016, o Supremo julgou inconstitucional a vaquejada, por submeter os animais à crueldade. Para o relator da ação, ministro Marco Aurélio Mello, a prática teria “crueldade intrínseca”, e o dever de proteção ao meio ambiente previsto na Constituição se sobrepõe aos valores culturais da atividade desportiva.

Com Agência Câmara